

(CÓPIA)

De: Luis Manuel Dias da Costa Correia

Lisboa, 15 de Fevereiro de 1996

Ex.mo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Clube Militar Naval

Na impossibilidade de estar presente na Assembleia Geral que está prevista ter lugar em 16.02.96, e porque fui informado que um dos pontos da Ordem do dia poderia ser a discussão de eventual posição a tomar sobre uma possível recomendação à Comissão de Redacção dos Anais relativamente à publicação ou não de cartas de sócios comentando controvérsia recente sobre acontecimentos na fragata "Almirante Gago Coutinho" no dia 25 de Abril de 1974, permito-me expressar a esse propósito alguns considerandos.

Uma das finalidades do 25 de Abril foi inequivocamente o estabelecimento da liberdade de expressão; e se é certo que essa liberdade faculta à Assembleia Geral do Clube o direito de exprimir recomendações, não o é menos o direito que a Comissão de Redacção tem de apreciar, à luz do seu estatuto editorial (que julgo ter sido publicado no início da década de 1980), os artigos e cartas que porventura lhe sejam remetidos para eventual publicação.

Não será igualmente menos certo que a Comissão de Redacção tem o dever de, à luz do espírito do 25 de Abril, zelar por que a Lei da Imprensa seja observada, tendo em conta não só o citado estatuto editorial, como também as particularidades de que os Anais se revestem dada a sua especial ligação à Marinha.

Se quanto a determinados projectos de artigos é perfeitamente aceitável compreender o porquê de uma decisão negativa quanto à sua publicação, já quanto a cartas que exprimam posições sobre controvérsias que, acresce no caso vertente, respeitam à História, me parece não dever haver lugar a dúvidas quanto ao dever de as publicar.

Não há verdades absolutas, e as opiniões formam-se através do contraste de pontos de vista.

A tradição liberal da Marinha não deve esquecer a necessidade de se procurar contribuir para que a verdade histórica se imponha. Por isso, e para isso, que a Comissão de Redacção julgue em seu pleno arbítrio, sem que para tal seja preciso criar precedentes de natureza tutelar que para o futuro até poderiam criar situações menos convenientes.

Como todos os movimentos militares, o 25 de Abril teve na sua génese profundas contradições e mal-entendidos.

Há que não os esquecer. Fazem parte da História.

Um deles refere-se precisamente à fragata "Almirante Gago Coutinho", e, curiosamente, foi um insuspeito camarada de armas do Exército que sobre tal escreveu um dos melhores resumos que até ao momento li. Foi na revista da Associação 25 de Abril, muito recentemente.

Dele infere-se um apelo ao sarar de feridas, passados que foram todos estes anos. Caminhe-se nesse sentido, mas só após tudo esclarecido, como numa discussão entre amigos.

Admirador da personalidade do Comandante Seixas Louçã, oficial que manteve sempre uma postura de reserva face ao regime autoritário deposto em 1974, não o sou menos dos oficiais que correram riscos na preparação do movimento militar de então.

É por essas razões que recorro que o motivo que me levou a publicamente declarar, em reunião neste mesmo Clube em princípios de Março de 1974, que me afastava da preparação do golpe de estado de então, era o facto de sentir que não estava a haver um maior contacto com diversos dos quadros superiores da Marinha.

Infelizmente esse motivo levou à falta de comunicação e de trocas de ideias que houve na fragata durante os dias que antecederam o 25 de Abril.

Que a verdade, tanto quanto possível, transpareça agora neste período em que outros procuram sarar outras feridas.

Que estas nuvens se dissipem tanto quanto possível, são os meus votos.

*Luís de Lencastre Louçã*